



A MÍDIA BRASILEIRA NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

THE BRAZILIAN MEDIA IN THE IMPEACHMENT OF DILMA ROUSSEFF

Tiago Roberto Pinheiro¹

José Carlos Vieira²

RESUMO

O presente trabalho verificou o posicionamento da *mass media* brasileira na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff - ocorrido em 2016 - por meio de releituras de editoriais e publicações do jornal Folha de S. Paulo no período. Aplicou-se as técnicas de análise de conteúdo e análise de discurso à perspectiva do postulado teórico da *Agenda-setting*. Foram quantificadas, durante o processo de *impeachment*, por meio do site “Manchetômetro”, as publicações da Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo e Jornal Nacional em relação aos principais personagens diretamente envolvidos na crise política. Nestes dados quantitativos foi aplicado os testes do qui-quadrado e calculado os resíduos padronizados. Nas análises, qualitativa e quantitativa, foram identificados posicionamentos contundentes desses setores da imprensa em relação ao processo e personagens. A verificação da atuação da *mass media* brasileira na recente crise política oportuniza reflexões acerca dos fluxos discursivos desta em sua dinâmica de exercício de poder, no contexto de uma emergente necessidade de desenvolvimento da democracia brasileira, bem como do seu impacto na conformação da opinião pública e no funcionamento das instituições políticas brasileiras em pleno período de crise política, econômica e fiscal.

Palavras chave: Mídia brasileira. *Impeachment*. Dilma Rousseff. Comunicação e política. *Agenda-setting*.

ABSTRACT

The present article verified the position of the Brazilian mass media in the coverage of the impeachment process of Dilma Rousseff – occurred in 2016 - through reprints of editorials and publications of the newspaper called “Folha

¹ Centro Universitário Internacional – Uninter. E-mail: <acessocom@yahoo.com.br>.

² Universidade Estadual de Campinas - Unicamp E-mail: <josecarvieira@hotmail.com>.

de S. Paulo” in the period. It has been applied the techniques of content analysis and discourse analysis to the perspective of the theoretical postulate of the Agenda-setting. During the impeachment process, the publications of “Folha de S. Paulo”, “Estadão”, “O Globo” and “Jornal Nacional” were quantified during the process of impeachment, through the website “Manchetômetro” in relation to the main characters directly involved in the political crisis. In these quantitative data the chi-square tests were applied and the standardized residues were calculated. In qualitative and quantitative analyses, strong positions were identified in these sectors of the press in relation to the process and characters. The checklist of the performance of the Brazilian mass media in the recent political crisis allows reflections on the discursive flows of this in its dynamics of power, in the context of an emerging need for the development of Brazilian democracy, as well as its impact on public opinion and in the functioning of Brazilian political institutions during the period of political, economic and fiscal crisis.

Keywords: Brazilian media. Impeachment. Dilma Rousseff. Communication anpolitics. Agenda-setting.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo verificar o posicionamento político e a atuação dos principais setores da *mass media* brasileira na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Ressalta-se que o instituto do *impeachment*, no Brasil, consubstancia-se em um ritual composto majoritariamente por decisões políticas, ainda que pese a condição *sine qua non* de acusação da prática de crime de responsabilidade contra o presidente da república para a sua admissibilidade. Não obstante, o viés da pesquisa foi de explorar a dinâmica política do importante evento.

Compreendeu-se a *mass media* não apenas como instituição difusora de informação. Mais que isso: observou-se com maior aferição crítica o seu desempenho *enquanto* ator político em exercício de um grande poder.

Cervi (2012, p. 44) colabora com a visão afirmando que os meios de comunicação, a partir das duas últimas décadas, assumiram um papel central no debate político. Ferreira Filho em “A democracia possível” problematiza a questão e fala sobre a *influência* da comunicação de massa. O autor adverte

que os órgãos da grande mídia têm a possibilidade de manipular o seu auditório e infundir-lhe suas próprias convicções. (ACQUAVIVA, 2010, p. 151).

Manin (2013) em seu artigo “A democracia do público reconsiderada” discorre sobre a atividade política na atualidade. Diz o autor que a alta volatilidade de opiniões e a erosões das fidelidades partidárias e ideológicas prevalecem nas sociedades contemporâneas. As instituições políticas, em especial os governos e *partidos*, já não exercem da mesma forma o seu poder na sociedade e no eleitor. Esse novo ambiente oportuniza condições para outras formas de intervenções, de exercícios de poder e de inscrição de novas narrativas, diferentes das que ocorriam no cenário político de tempos anteriores. A mídia enquanto ator político atua com maior protagonismo neste novo momento.

Inicialmente, assevera-se a democracia como valor maior na atividade política de nossos tempos, para todos os povos. Falar de política na atualidade é reconhecer a democracia. É nela que se vislumbra a possibilidade de participação de todas as vozes, de todas as clivagens sociais nos processos decisórios de organização de sociedades e desenvolvimento de nações. Segundo Medeiros (2016, p.158), a democracia é um tipo de organização em que as decisões são produzidas com o máximo de discussão, uma dinâmica de convencimento mútuo e não de coerção e manipulação propagandística.

Neste mesmo interim, compreende-se, também, a imprensa nacional como uma instituição fundamental para o desenvolvimento da democracia brasileira e com a responsabilidade social de bem informar. Rubim (2004, p.74-75) preconiza que a mídia deve transmitir informações de forma objetiva e imparcial para, de fato, *servir* à democracia.

Para Bachrach (1980, p. 94) *apud* Perissinotto (2012, p. 159-160) a democracia é um método político que deve produzir um sistema de responsabilidade pública de todas as elites políticas e não apenas dos governos. Segundo o autor, em uma sociedade verdadeiramente democrática,

os grupos privados poderosos também devem estar submetidos ao controle da sociedade. Ainda sobre a mídia e democracia, Acquaviva (2010, p. 150) afirma que “deve haver a *institucionalização* da responsabilidade social das empresas de comunicação”.

Em observação mais profunda sobre o tema, Bachrach e Baratz (2011) problematiza a questão ao alertar que os grupos mais poderosos sempre levam vantagens no embate político, pois têm a prerrogativa de selecionar temas e conflitos (em detrimento de outros) na produção de uma agenda política, invariavelmente, favorável aos interesses das hierarquias estabelecidas e para a manutenção do *status quo* vigente. O exercício de poder, diz os autores, também se dá num processo de não decisão por meio da mobilização de viés.

Doravante, exige-se, então, da *mass media*, certa habilidade para atuar à égide de valores éticos consagrados nos tempos atuais, como a imparcialidade, objetividade, integridade e responsabilidade no exercício de suas prerrogativas de edição, enquadramentos e difusão de informações.

Delimitado premissas, conceitos e técnicas, o presente trabalho objetivou verificar a atuação da *mass media* nacional - em principal, o jornal Folha de S. Paulo - na cobertura do processo político que retirou Dilma Rousseff da Presidência.

A presente análise se faz fundamental para uma melhor compreensão do importante fato político em contribuição para o seu devido registro nos anais da história do Brasil, e, também, para conquistar conhecimentos para outros estudos acerca do caso, visto sua originalidade e hodiernidade. A pesquisa evidencia informações que nos orientam para uma observação acerca da atuação do *mass media* brasileira no *impeachment*, podendo-se ajuizar (ainda que por uma visão pessoal) se esta contribuiu para a reafirmação ou retração da democracia brasileira durante esse recente período de crise política.

2 A PESQUISA, COBERTURA E OPINIÕES

A pesquisa delimitou o *impeachment* em quatro etapas demarcadas a partir das datas mais importantes do rito, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Etapas do processo do *impeachment*

PROCESSO DO IMPEACHMENT	RITO	PERÍODO PESQUISADO	
ETAPA 1 ^a	Pedido do <i>impeachment</i> aceito pelo presidente da Câmara	02/12/2015 10/04/2016	a
ETAPA 2 ^a	Análise do pedido e votação na Câmara Federal	11/04/2016 05/05/2016	a
ETAPA 3 ^a	Denúncia encaminhada ao Senado e afastamento de Dilma	06/05/2016 12/05/2016	a
ETAPA 4 ^a	No Senado, parecer do relatório e julgamento em plenário	13/05/2016 01/09/2016	a

Em cada uma das etapas, foram analisados os editoriais e principais publicações referentes ao tema fazendo-se uso da ‘análise de conteúdo’. Sobre o uso da análise de conteúdo, Premida *et al* (2013, p.116) afirma que por meio dessa técnica filtra-se apenas o que interessa ao pesquisador (de acordo com os interesses e problemas da pesquisa).

O levantamento das publicações considerou suas datas em relação aos marcos do rito e a relevância de conteúdo conjugados com a localização das matérias jornalísticas (páginas de maior visibilidade, mais lidas). Também foram analisados os editoriais publicados sobre o tema. Após a seleção das publicações, nas releituras, foram verificados os enquadramentos, “*framing*”, por meio da ‘análise de discurso’. Sobre a aplicação da análise de discurso na pesquisa, Premida *et al* (2013, p.121) afirma que o pesquisador tenta identificar nos textos produzidos as orientações e intenções do autor do discurso.

Sobre o enquadramento, diz Entman (1993) apud Rubim (2004, p.17):

Enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem.

Decide-se que certas instituições, fatos e/ou pessoas, serão (ou não) pautados ou se terão qualquer referência a seu respeito, tratadas de

forma positiva ou negativa, enfatizadas ou “esvaziadas. (RUBIM, 2004, p. 18)

Na visão de Rubim (2004, p. 53), a mídia não apenas nos diz o que pensar, mas também nos diz como pensar sobre algo.

Para tornar a pesquisa mais densa, foi verificado, também, durante o período do processo, quantitativamente, por meio do site “Manchetômetro”³, o monitoramento do posicionamento dos jornais Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo, e do telejornal Jornal Nacional da Rede Globo, em relação aos partidos políticos e principais personagens envolvidos diretamente na crise política. A saber: PT, Dilma Rousseff e Lula, como forças contrárias a admissibilidade do processo; e, PSDB, PMDB, Michel Temer e Aécio Neves, como forças favoráveis à cassação do mandato da presidenta.

A metodologia utilizada pelo Manchetômetro em seu trabalho é a ‘análise de valências’, dividida em quatro tipos: positivas, negativas, neutras e ambivalentes. Na análise, as notícias favoráveis são as que contêm referências predominantemente positivas ao personagem ou tema em questão; as contrárias são aquelas que contêm referências predominantemente negativas; quando o texto é meramente descritivo e destituído de conteúdo claramente positivo ou negativo, ele recebe a classificação de neutro; em caso de equilíbrio entre referências negativas e positivas, a notícia é classificada como ambivalente. As notícias são classificadas por um membro da equipe do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) e posteriormente revisadas por um segundo membro. Em caso de discordância sobre a valência atribuída, um terceiro membro é consultado para o desempate.

Nos jornais impressos são analisadas as capas, os editoriais, artigos de opinião e colunas. Como as manchetes e títulos de capa são taquigráficos, são interpretados os textos que vêm abaixo destes para determinar a valência.

³ Manchetômetro é um site de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). O LEMEP tem registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e é sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Manchetômetro não tem filiação com partidos ou grupos econômicos.

Já no caso dos artigos de opinião, editoriais e textos mais longos na capa, a valência é atribuída a partir de um julgamento acerca de todo o conteúdo da matéria. Na análise do Jornal Nacional leva-se em conta todo o conteúdo veiculado diariamente pelo telejornal. Além da codificação de valências, os tempos das notícias são computados, permitindo mapear a exposição relativa de cada assunto, personagem, partido ou tema.

Em artigo de valoração à metodologia do Manchetômetro, Feres Júnior (2016, p. 283) afirma que

a análise de valências não é só capaz de produzir análise extenso *corpora* de textos preñhes de significado, como tem sido capaz de produzir resultados consoantes com o resto da literatura de mídia e política em nosso país, o que confirma o seu valor operacional. a partir do momento que contamos valências é possível, sim, estabelecer menor ou maior viés de um determinado meio de comunicação em relação a tal ou qual objeto – esse é um dos principais objetivos do emprego da análise de valências. (FERES JÚNIOR, 2016, p.294)

Por fim, foram confrontadas opiniões sobre o processo de *impeachment*.

O processo de *impeachment* foi iniciado na Câmara Federal, no dia 2/12/2015, com a aceitação do pedido pelo presidente da Casa, o Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e terminou com sua votação no plenário do Senado, no dia 31/8/2016, quando a presidenta Dilma Rousseff foi julgada e impedida definitivamente de exercício do cargo.

2.1 Primeira etapa: Cunha acata o pedido de impeachment

Iniciou-se a pesquisa após o dia 2/12/2015, data de aceitação do pedido de *impeachment* na Câmara Federal pelo seu presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Verifiquemos.

Na edição do dia 3/12/1015, a Folha de S. Paulo abre sua capa com o título: “Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma”. O texto

dá a entender que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, fez uso de seu cargo para atingir a presidenta, já que os membros do partido de Dilma, o PT, no Conselho de Ética da Câmara Federal, autorizou a cassação do mandato de Cunha por este ter mentido sobre titularidade de uma conta bancária na Suíça durante o processo de investigação da operação Lava Jato.

No editorial de título: “O vício contra o vício”, o jornal enfatiza o poder de chantagem de Cunha e elenca uma face possivelmente boa da abertura do processo de *impeachment* de Dilma, que poderia tirar o país de sua paralisação por conta da instabilidade política vivenciada naquela conjuntura. Sintetizamos o editorial com o seguinte parágrafo: “Que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática – por traumática que possa ser.” (O VÍCIO CONTRA O VÍCIO, 2015)

Na edição do 6/12/2015, o primeiro domingo após Cunha ter aceitado o pedido de *impeachment*, a Folha de S. Paulo publicou em sua capa a seguinte manchete: “STF deve decidir o cronograma do impeachment”. Nesta edição, o jornal deu ênfase ao rito do processo em detrimento a outros enquadramentos.

Na edição do dia 12/12/2016, a Folha de São Paulo, em seu primeiro caderno, Poder, focou novamente suas publicações sobre o rito do processo de *impeachment*. Na capa da edição, a manchete dizia: “Rito do Impeachment opõe Renan a Cunha”, o texto discorria sobre qual das casas legislativas detinha o poder de afastamento da presidenta. Na página A5, concluiu-se o tema *impeachment* com uma pequena matéria de título: “Planalto fala em retaliar deputados do PMDB”. A publicação enfatizava uma possível punição do Planalto aos deputados do PMDB caso estes não apoiassem Leonardo Picciani (RJ) ao retorno da liderança da sigla na Câmara. O deputado fluminense era aliado de Dilma naquela oportunidade. Na página A8, é publicada uma matéria relembando o *impeachment* de Collor, fazendo-se relação com o caso atual.

A partir das publicações da edição acima citada, entende-se que a Folha de S. Paulo, mesmo em fase inicial do processo de *impeachment*, trabalha com a hipótese de afastamento da presidenta, tende a apoiar o

processo e conota uma postura agressiva e pragmática de Dilma Rousseff em defesa de seu mandato.

A seguir a tabela contendo a soma das publicações, do site Manchetômetro, referente aos personagens diretamente envolvidos no processo de *impeachment* no período da primeira etapa do processo.

Tabela 1 – Soma dos números das publicações do Estadão, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal Nacional referente aos meses de dezembro de 2015, janeiro, fevereiro e março de 2016

Contrários	PUBLICAÇÕES				TOTAL	
	Contrárias	Favoráveis	Neutras	Ambivalentes	Contrárias	Favoráveis
PT	532	9	79	38	2306 publicações	
DILMA	624	20	170	59	75,76%	2,25%
LULA	591	23	115	46		

Favoráveis	PUBLICAÇÕES				TOTAL	
	Contrárias	Favoráveis	Neutras	Ambivalentes	Contrárias	Favoráveis
PMDB	84	9	98	14	476 publicações	
PSDB	62	6	55	10	43,70%	5,04%
MICHEL TEMER	33	8	53	5		
AÉCIO	29	1	7	2		

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SITE MANCHETÔMETRO

Vale ressaltar que todo o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff concorreu, simultaneamente, com um período de recessão econômica e a operação Lava Jato. Fatos de forte impacto negativo ao Governo Federal.

Sobre a cobertura midiática do *impeachment* de Dilma é apresentado duas visões divergentes. O jornalista Mino Carta disparou em janeiro de 2016.

Falta o respeito à verdade factual e tudo é servido sob forma de acusação em falas e texto elaborados com transparente má-fé. Na sua forma e conteúdo, a mídia nativa age como um partido político". Já na visão do jornalista Eugênio Bucci, "a cobertura da crise política apresentou sim um desequilíbrio, mas que não pode ser entendido como uma tomada de posição em bloco para tirar Dilma e o PT do poder. (TARANTINO, 2016).

Outra ponderação importante da conjuntura política brasileira é alta polarização que já se apresentava desde a eleição presidencial de 2014,

fazendo-se rememorar o período que antecedeu o golpe militar de 1964. Um ambiente de exacerbada intolerância entre conservadores e progressistas.

2.2 Segunda etapa: análise e votação na Câmara

Em edição do dia 12/04/2016, após a comissão da Câmara avaliar o pedido de *impeachment* e às vésperas da votação em plenário da Câmara, a Folha de S. Paulo, em editorial de título “O legado de Dilma”, faz duras críticas à política econômica e gestão de estatais adotadas pelo governo, sintetizado nos seguintes parágrafos:

A dimensão espetacular da destruição na petroleira desvia a atenção de casos de ruína similar em vários setores que conheceram a mão desse governo, marcada por intervenção política rudimentar, incompetência e apego a ideias econômicas ultrapassadas. Não se sabe quando e nem de que forma terminará o governo Dilma Rousseff, mas já se sabe que a presidente deixará um legado histórico de destruição incomparável. (O LEGADO DE DILMA, 2016)

Neste momento, não se pode esquecer que a presidenta foi reeleita pelo voto direto popular. No contexto do editorial, acima citado, completava-se 16 meses do novo mandato presidencial.

Na edição do 17/04/2016, dia da votação do plenário da Câmara, a Folha de S. Paulo, em seu editorial de título: “Decisão da Câmara”, novamente teceu fortes críticas ao governo Dilma e pouco focou acerca da matéria de votação - se houve prática ou não de Crime de Responsabilidade. Na sequência, a reprodução de três parágrafos do editorial sintetiza o discurso.

Está exaurido (o governo Dilma) pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso.

Sem dúvida uma vitória do impeachment neste domingo significará, para a expressiva maioria dos brasileiros, a justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se na corrupção e escarneceu das instituições. (DECISÃO DA CÂMARA, 2016)

E também afirmou: “Se o afastamento da presidente vier a ser confirmado, todavia, ele não representará de imediato a resolução da crise política, econômica e moral em que o país se acha”. (DECISÃO DA CÂMARA, 2016)

A edição dedicou todo o seu primeiro caderno, Poder, ao histórico dia da votação do *impeachment*.

No dia seguinte à votação na Câmara, com a decisão da Casa pela admissibilidade do *impeachment*, a Folha de S. Paulo defendeu, em seu editorial de título: “O país tem pressa”, a urgência de um processo no Senado sem perda de tempo. O periódico também reiterou seu posicionamento sobre o melhor caminho para a solução do impasse político reproduzido nos seguintes parágrafos:

Não foi convicção desta Folha que o *impeachment* de Dilma Rousseff representasse a solução mais confiável e consensual para impasse em que o país se encontra.

Este se resolveria pela renúncia simultânea de Dilma e seu vice, com a imediata convocação de novas eleições presidenciais. A eventual cassação da chapa de ambos, pelo Tribunal Superior Eleitoral, também permitiria esse desenlace. (O PAÍS TEM PRESSA, 2016)

Tabela 2 – Soma dos números das publicações do Estadão, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal Nacional referente ao mês de abril de 2016.

Contrários	PUBLICAÇÕES				TOTAL	
	Contrárias	Favoráveis	Neutras	Ambivalentes	Contrárias	Favoráveis
PT	172	3	54	2	892 publicações	66,70%
DILMA	322	11	159	12		
LULA	101	4	48	4		
<hr/>						
Favoráveis	PUBLICAÇÕES				TOTAL	
	Contrárias	Favoráveis	Neutras	Ambivalentes	Contrárias	Favoráveis
PMDB	67	8	71	3	476 publicações	36,13%
PSDB	21	7	51	1		
MICHEL TEMER	79	43	96	14		
AÉCIO	5	6	23	2		

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SITE MANCHETÔMETRO

Em artigo publicado no portal de notícias GGN com o título: “Imprensa europeia chama votação de *impeachment* de insurreição de hipócritas”, Luiz de

Queiroz reproduz a visão de noticiários do velho continente acerca da votação do *impeachment*.

O site da revista Der Spiegel afirma que o Congresso brasileiro mostrou sua "verdadeira cara" e, com o uso de meios "constitucionalmente questionáveis", colocou o "avariado navio Brasil" numa "robusta rota de direita". O site do semanário alemão Die Zeit afirma que a votação na Câmara "mais parecia um carnaval". Segundo o jornal britânico The Guardian, um Congresso "hostil e manchado pela corrupção" votou pelo impedimento da presidente. O El País diz que a votação na Câmara foi marcada por tumulto e "cânticos um tanto ridículos às vezes". O francês Le Monde destaca a "descida ao inferno de Dilma Rousseff", dizendo que até as últimas horas "ela acreditou" no voto dos 54 milhões de brasileiros que a elegeram em 2014. (QUEIROZ, 2016)

2.3 Terceira etapa: aprovação da Comissão Especial do Senado em favor da admissibilidade do impeachment

Na edição do 7/5/2016, a Folha de S. Paulo noticia em sua capa, em pequena chamada, a aprovação do relatório favorável ao processo de *impeachment* pela Comissão Especial do Senado. A edição limitou-se a descrever a votação ocorrida na comissão.

No editorial da edição do dia 12/5/2016, o periódico novamente tece ferozes críticas ao governo Dilma, estendendo-se, agora, também, a Lula e o PT. Com o título: "O fim e o princípio", o texto aponta para um curto prazo de tempo que Temer teria para reverter a crise causada pelos inúmeros erros do governo Dilma. Foi separado o seguinte trecho para a apreciação:

A passagem de Dilma pelo Palácio do Planalto caracterizou-se por um complexo insustentável de erros. Aliou-se ao fisiologismo, mas sem obter com isso base parlamentar. Apostou no populismo, embora sem se comunicar com o eleitorado. Adotou ares de competência, incorrendo em falhas técnicas descomunais, e seguiu estratégias erráticas com férrea teimosia. (O FIM E O PRINCÍPIO, 2016)

Tabela 3 – Soma dos números das publicações do Estadão, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal Nacional referente ao mês de maio de 2016.

Contrários	PUBLICAÇÕES				TOTAL	
	Contrárias	Favoráveis	Neutras	Ambivalentes	Contrárias	Favoráveis
PT	160	1	56	5	760 publicações	
DILMA	260	6	121	13	Contrárias Favoráveis	
LULA	100	3	33	3	68,42%	1,18%
Favoráveis	PUBLICAÇÕES				TOTAL	
	Contrárias	Favoráveis	Neutras	Ambivalentes	Contrárias	Favoráveis
PMDB	86	5	72	10	695 publicações	
PSDB	29	12	53	2	Contrárias Favoráveis	
MICHEL TEMER	102	111	145	29	34,24%	19,29%
AÉCIO	21	6	11	1		

FUNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SITE MANCHETÔMETRO

2.4 Quarta etapa: no Senado, parecer do relatório e julgamento em plenário

No dia da aprovação do relatório do *impeachment* pela Comissão Especial do Senado, em editorial de título: “Falta pouco”, da edição de 4/8/2016, a Folha de S. Paulo anuncia o provável impedimento de Dilma. O texto sai em defesa de previsões econômicas não tão catastróficas sob a batuta do novo governo e reafirma que seu posicionamento sempre foi de uma renúncia dupla de Dilma e Temer. Diz o editorial em trecho sobre as perspectivas econômicas: “Ainda que persistam as fragilidades de origem do atual governo, previsões catastróficas parecem estar descartadas”. (FALTA POUCO, 2016)

Na mesma edição, na página A5, em pequena matéria de título: “Cardoso acusa relator de ‘paixão partidária’”, é reproduzido queixas do ex-Ministro da Justiça do governo Dilma, José Eduardo Cardoso, sobre a elaboração do relatório final do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). “O tucano teria feito, diz, ‘malabarismos retóricos’ para comprovar o crime de responsabilidade”. (HAUBERT, 2016)

No dia após a aprovação do relatório pela Comissão Especial, em edição de 5/8/2016, a Folha de S. Paulo publicou uma pequena matéria, na página A5, de título: “Comissão aprova parecer favorável ao impeachment”,

onde relata os movimentos de Temer nos bastidores do senado em busca de apoio para o *impeachment* e celeridade do processo. O mesmo texto reproduz posições antagônicas entre os senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Lindberg Farias (PT-RJ). O tucano diz:

Os senadores terão que escolher entre dois cenários: A perspectiva e a possibilidade de virarmos essa página ou a volta ao passado, a manutenção daquilo que há de mais primitivo, sobretudo no patrimonialismo e na apropriação do Estado.

Já Lindberg Farias (PT-RJ) voltou a falar em golpe. “Não é necessário ter tanques nas ruas. Esse é um golpe frio. Os senadores que votaram pelo impeachment ficarão na História como golpistas”. (HAUBERT, CRUZ, MASCARENHAS, 2016)

No dia 1/9/2016, com o julgamento de Dilma sacramentado, a Folha de S. Paulo dedicou praticamente toda a sua capa ao fato histórico. O título em seis colunas dizia: “SENADO DESTITUIU DILMA: TEMER PEDE PACIFICAÇÃO”. Abaixo, em chamada complementar de título: “Black Blocs voltam a depredar carros e prédios em atos no centro de SP”, o jornal relata confronto entre manifestantes contrários ao *impeachment* e a Polícia Militar.

Em editorial de título: “Governo novo”, a Folha de S. Paulo novamente tece duras críticas ao governo Dilma, aprova a constitucionalidade do processo e, pela primeira vez, enfatiza a refutabilidade da acusação. Abaixo, a reprodução de dois parágrafos sintetiza o teor do texto.

O processo decorreu em estrita obediência à Constituição, assegurado o amplo direito de defesa e sob supervisão de suprema corte insuspeita. As acusações de fraude orçamentária, porém, embora pertinentes enquanto motivo para o impeachment, nunca se mostraram irrefutáveis e soaram, para a maioria leiga, como tecnicamente obscura - e, para uma minoria expressiva, como pretexto de um ‘golpe parlamentar’.

A prioridade máxima da administração agora confirmada é a recuperação de uma economia em frangalhos. (GOVERNO NOVO, 2016)

Nesta edição derradeira sobre o *impeachment*, verificamos, na capa, uma alusão à parcimônia de Temer em contraste com a rebeldia de manifestantes favoráveis à Dilma. No editorial, observou-se razoável coerência

em relação aos anteriores. Críticas ao governo Dilma e aceitação do processo. As 19 páginas do primeiro caderno, Poder, foi dedicada ao julgamento que afastou definitivamente Dilma Rousseff da presidência da república.

Na mesma edição, foi publicada duas visões divergentes sobre o processo de *impeachment*. O colunista Jânio de Freitas questionou o critério de julgamento dos senadores que condenaram Dilma Rousseff. Segundo Freitas, a maioria deles já tinha antecipado seu posicionamento sobre o caso, bem como tomou a decisão considerando o ‘conjunto da obra’ (problemas políticos, econômicos e fiscais) e não o suposto delito. Também compreendeu o ato político como um golpe parlamentar. “Os que negam o golpe o fazem como todos os seus antecessores em todos os tempos: nenhum golpista admitiu ser participante ou apoiador de um golpe”. (FREITAS, 2016)

O engenheiro Rogério Chequer, um dos fundadores do movimento ‘Vem Pra Rua’, comemorou o *impeachment* de Dilma e afirmou que o processo foi apenas um passo dado, e que o país precisaria avançar muito mais. Segue um trecho do artigo: “Políticos perceberam que a sociedade agora sabe cobrar e monitorar seus representantes, para checar se estão atuando em benefício próprio ou em prol da sociedade que os elegeu”. (CHEQUER, 2016)

Tabela 4 – Soma dos números das publicações do Estadão, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal Nacional referente aos meses de junho, julho e agosto de 2016.

Contrários	PUBLICAÇÕES				TOTAL	
	Contrárias	Favoráveis	Neutras	Ambivalentes	Contrárias	Favoráveis
PT	350	5	130	11	1495 publicações	
DILMA	412	23	187	40		
LULA	252	9	67	9	67,83%	2,47%
					<hr/>	
Favoráveis	PUBLICAÇÕES				TOTAL	
	Contrárias	Favoráveis	Neutras	Ambivalentes	Contrárias	Favoráveis
PMDB	164	6	144	9	1123 publicações	
PSDB	52	12	102	5		
MICHEL TEMER	174	92	285	36	36,87%	10,24%
AÉCIO	24	5	9	4		

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SITE MANCHETÔMETRO

3 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES REFERENTES À DILMA, LULA E PT

A fim de aprofundar a análise dos dados coletados do site Manchetômetro será aplicado, na sequência, o teste do qui-quadrado de Pearson (χ^2) para verificar se há associação entre as 'publicações referentes ao grupo político contrário ao *impeachment*' (Dilma, Lula e PT) e o 'período do processo'. Neste caso de análise, cria-se duas variáveis, 'publicações' e 'período do processo'. A distribuição na variável 'período do processo' será dividida em quatro períodos, 'Período 1', 'Período 2', 'Período 3' e 'Período 4', em conformidade com as quatro etapas do *impeachment*. As distribuições na variável 'publicações referentes ao grupo político contrário ao *impeachment*' serão divididas em três valências: "contrárias", 'neutras' e 'favoráveis', também em conformidade com as divisões do site Manchetômetro. Na análise, foi excluída as publicações de valência 'ambivalente' por conter em seu conteúdo discursos teor político dúbio, o que foge ao objetivo aqui empreendido.

O teste do qui-quadrado (χ^2) é uma técnica utilizada para identificar se determinadas distribuições concorrem aleatoriamente ou se existe alguma associação entre elas. Trata-se de um teste de hipótese, onde, a partir de equações matemáticas, calcula-se o valor do qui-quadrado. Se o valor encontrado do χ^2 for superior ao do Limite Crítico, que também é um valor tabelado, com base no Intervalo de Confiança empregado e na quantidade de combinações possíveis em uma Tabela de Contingência (Grau de Liberdade), pode-se afirmar, com pequena chance de errar, que existe uma associação entre elas. Isso quer dizer que ocorreu algo no "mundo" que determinou essa associação entre os registros coletados de modo sistemático na base de dados. Caso contrário, se o valor do χ^2 estiver abaixo do Limite Crítico, afasta-se a hipótese de associação entre as distribuições. Neste caso, não existe relação entre as variáveis, ou, se ela existe, é por decorrência do acaso, uma vez que se o valor obtido estiver abaixo do Limite Crítico, então a associação entre as distribuições de valores pode ter ocorrido aleatoriamente.

Cervi (2014, p.20) diz que o teste comprova a existência de diferenças estatisticamente significativas entre duas distribuições quaisquer. Por meio

dele, pode-se afirmar ou não a existência de alguma relação entre essas variáveis.

Ressalta-se que o teste do qui-quadrado (χ^2) apenas aponta se há relação de interdependência entre as distribuições (variáveis) analisadas, não sendo possível qualquer outra afirmação além desta⁴. Caso o teste, aqui realizado, aponte para uma relação de associação, será verificado, na sequência, os 'resíduos padronizados (Rp)' dessa associação para uma melhor compreensão da ocorrência, o que será explicado mais adiante na seção 3.1.

O recorte escolhido para a aplicação do teste do qui-quadrado (χ^2) foi em virtude do número excessivo de publicações referentes ao grupo político contrário ao *impeachment* (Dilma, Lula e PT) ao longo do período do processo, e por este grupo ser o personagem central da crise política aqui analisada.

Inicialmente, apresenta-se as equações matemáticas que serão utilizadas no cálculo do χ^2 . À frente, será explicado todos os itens da equação.

Quadro 2 – Equações para o cálculo do qui-quadrado (χ^2) e das Frequências Esperadas (Fe)

<p>FÓRMULA DO QUI-QUADRADO</p> $\chi^2 = \sum \frac{(Fo - Fe)^2}{Fe}$ <p>Onde: Fo = Frequência observada Fe = Frequência esperada</p>	<p>FÓRMULA DA FREQUÊNCIA ESPERADA</p> $Fe = \frac{MC \times ML}{N}$ <p>Onde: Fe = Frequência esperada MC = Marginal da coluna ML = Marginal da linha N = número de casos</p>
--	---

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM LEVIN, FOX E FORDE (2012)

Por conseguinte, elabora-se a Tabela de Contingência para o cruzamento das duas variáveis a partir dos dados coletados. Pela Tabela de

⁴ Esse teste não é adequado, portanto, para mensurar nem a força, nem a direção da relação entre as duas variáveis.

Contingência extrai-se valores como: 'Grau de liberdade', 'Frequências esperadas (Fe)', 'Marginal da coluna (MC)' e 'Marginal da linha (ML)' que serão utilizados na aplicação das fórmulas matemáticas acima. Já as 'Frequências observadas (Fo)' são os dados reais, no caso, os números de publicações que comporão a Tabela de Contingência.

Tabela 5 – Tabela de Contingência – Frequências Observadas (Fo)

Períodos do processo	Publicações			Marginal da linha (ML)
	Contrárias	Neutras	Favoráveis	
Período 1	1747	364	52	2163
Período 2	595	261	18	874
Período 3	520	210	10	740
Período 4	1014	384	37	1435
Marginal da coluna (MC)	3876	1219	117	5212

$$\text{Grau de liberdade} = (\text{total de linhas} - 1) \times (\text{total de colunas} - 1) = 3 \times 2 = 6$$

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SITE MANCHETÔMETRO

Com o cruzamento dos dados da Tabela de Contingência é possível obter os valores das 'Frequências esperadas (Fe)'. A 'Fe' nada mais é do que uma média esperada das publicações em cada associação observada na Tabela de Contingência. Para exemplificar, vejamos na Tabela de Contingência a Frequência Observada, na seguinte associação: (Período 1 | Contrárias = 1747). Encontra-se o valor da 'Fe' dessa associação, a partir da multiplicação da 'Marginal da coluna' (=3876) pela 'Marginal da linha' (=2163) correspondente, e divide o resultado pelo número total de publicações, no caso, 5212 publicações. A 'marginal da coluna' é soma dos valores de cada coluna, e a 'marginal da linha' é a soma dos valores de cada linha. No exemplo acima, (Período 1 | Contrárias), temos $3876 \times 2163 / 5212 = 1608,555$ como será exposto na primeira casela da tabela a seguir. O mesmo procedimento é realizado com todos os pares associados, compondo-se, assim, todos os valores das 'Frequências esperadas'.

Tabela 6 – Tabela da Frequências Esperadas (Fe)

Períodos do Processo	Publicações		
	Contrárias	Neutras	Favoráveis
Período 1	1608,555	505,890	48,555
Período 2	649,966	204,414	19,620
Período 3	550,315	173,074	16,612
Período 4	1067,164	335,623	32,213

FUNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SITE MANCHETÔMETRO

Com todos os valores obtidos, já é possível calcular o qui-quadrado. A tabela abaixo representa a aplicação prática da equação de Pearson (Quadro 2, p. 14).

Tabela 7 – Tabela de cálculo do qui-quadrado

	Publicações	Fo	Fe	Fo-Fe	(Fo-Fe) ^ 2	/Fe
Período 1	Contrárias	1747,000	1608,555	138,445	19167,053	11,916
Período 1	Neutras	364,000	505,890	-141,890	20132,681	39,797
Período 1	Favoráveis	52,000	48,555	3,445	11,865	0,244
Período 2	Contrárias	595,000	649,966	-54,966	3021,287	4,648
Período 2	Neutras	261,000	204,414	56,586	3201,970	15,664
Período 2	Favoráveis	18,000	19,620	-1,620	2,624	0,134
Período 3	Contrárias	520,000	550,315	-30,315	918,979	1,670
Período 3	Neutras	210,000	173,074	36,926	1363,553	7,878
Período 3	Favoráveis	10,000	16,612	-6,612	43,714	2,632
Período 4	Contrárias	1014,000	1067,164	-53,164	2826,436	2,649
Período 4	Neutras	384,000	335,623	48,377	2340,373	6,973
Período 4	Favoráveis	37,000	32,213	4,787	22,914	0,711
					$\chi^2 =$	94,916

FUNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SITE MANCHETÔMETRO

Obtido o valor do qui-quadrado, 94,916, faz-se necessário, agora, verificar o valor do Limite Crítico para o caso analisado. O Limite Crítico é fornecido em uma tabela de valores em cruzamento do 'Grau de Liberdade' com o 'Nível de Confiança'. Por convenção, os cientistas usam 0,95 como valor

do Nível de Confiança. O que significa dizer que o cálculo realizado no teste do qui-quadrado (x^2) tem 95% de probabilidade de ser verdadeiro, sendo 5% a probabilidade de erro. O popular *Software* Microsoft Excel também fornece o Limite Crítico para o teste de qui-quadrado (x^2).

O Limite Crítico encontrado para este teste foi de 12,591. Como o valor do x^2 , 94,916, é superior ao Limite Crítico, podemos afirmar, com 95% de probabilidade, que existiu algo no “mundo” que entrevistou nas publicações referentes ao grupo político contrário ao *impeachment* dentro do período analisado. Ou seja, existe associação entre as variáveis ‘período’ e ‘publicações’.

No entanto, esta é a única afirmação possível nesse momento. Para verificar em que pares das distribuições analisadas ocorreu as associações é necessário identificar os valores dos ‘resíduos padronizados (Rp)’. Em posse desses valores fica mais clara a observação da associação identificada no teste do qui-quadrado (x^2), bem como a possibilidade de inferência para uma melhor análise acerca das publicações ocorridas no período do processo de *impeachment*.

3.1 Cálculo e análise dos Resíduos Padronizados (RP)

Antes de falar sobre os ‘Resíduos Padronizados (Rp)’ e sua importância para a análise dos dados é necessário entender sobre os ‘Resíduos Brutos (Rb)’, que nada mais é do que o resultado da diferença entre a ‘Frequências observada (Fo)’ e a ‘Frequência esperada (Fe)’. Os ‘Resíduos brutos (Rb)’ evidenciam os valores de dispersão ocorridas em cada pares de associação em função dos valores esperados desses pares em situação hipotética de não associação das distribuições, ou seja, é a distância da Fe.

Pelos valores do Rb já é possível, intuitivamente, identificar em que pares houve dispersão, ou seja, excesso ou ausência da concentração esperada. No entanto, essa primeira análise é realizada em cada par de

associação isoladamente, não permitindo comparações entre todos os valores dos Rb, sendo, assim, necessário a padronização dos resíduos.

O problema dos resíduos brutos é serem pouco informativos, pois não apresentam variâncias constante. Em outras palavras, são não-padronizados e não permitem a verificação de pontos extremos (*outliers*) por não poderem ser comparados diretamente. Para resolver esse problema, costuma-se padronizar os resíduos. (CERVI, 2014. p.69)

Conforme citação acima, a solução é padronizar os resíduos. Utiliza-se as seguintes fórmulas para a obtenção dos valores dos 'Resíduos padronizados (Rp)'

Quadro 3 – Equações para o cálculo do Resíduo bruto (Rb) e do Resíduo padronizado (Rp)

FÓRMULA DO RESÍDUO BRUTO	FÓRMULA DO RESÍDUO PADRONIZADO
$Rb = Fo - Fe$	$Rp = Rb / \sqrt{Fe}$
Onde: Rb = Resíduo bruto Fo = Frequência observada Fe = Frequência esperada	Onde: Rp = Resíduo padronizado Rb = Resíduo bruto Fe = Frequência esperada

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM LEVIN, FOX E FORDE (2012)

Igualmente ao teste do qui-quadrado (x^2), os valores dos 'Resíduos padronizados (Rp)' devem estar fora do Limite Crítico para serem considerados estatisticamente significativos. Por convenção, utiliza-se o Limite Crítico entre +1,96 e -1,96 e um Intervalo de Confiança de 95%. Os valores encontrados acima ou abaixo do Limite Crítico são os responsáveis pela associação entre as distribuições. Realizado os cálculos, obteve-se os seguintes valores, compostos na tabela abaixo:

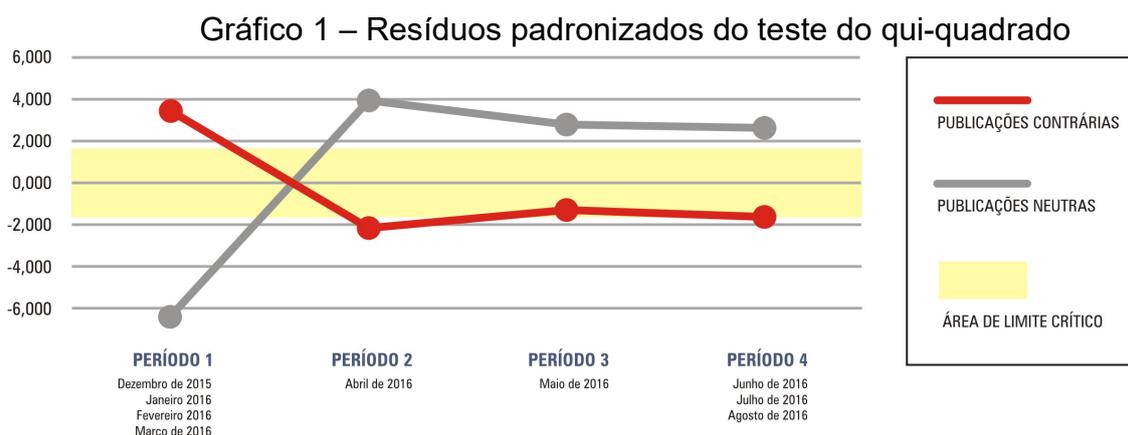
Tabela 8 – Tabela de valores dos Resíduos padronizados

Períodos do Processo	Publicações		
	Contrárias	Neutras	Favoráveis
Período 1	3,452	-6,308	0,494
Período 2	-2,156	3,958	-0,366
Período 3	-1,292	2,807	-1,622
Período 4	-1,627	2,641	1,279

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SITE MANCHETÔMETRO

Observando a tabela, verifica-se que as publicações ‘Favoráveis’ a Dilma, Lula e PT mantiveram-se dentro do Limite Crítico ao longo do período analisado. As publicações ‘Contrárias’ ao grupo político no ‘Período 1’ teve uma frequência acima do esperado. Já a publicações ‘Neutras’ estiveram bem abaixo no ‘Período 1’ e a partir do ‘Período 2’ estiveram levemente acima do esperado.

O ponto de inflexão ocorre na passagem do ‘Período 1’ para o ‘Período 2’, mais precisamente, entre março e abril de 2016. Período que antecedeu o histórico julgamento de Dilma Rousseff no plenário da Câmara Federal, ocorrido em 17 de abril de 2016. O gráfico abaixo ilustra a mudança das frequências das publicações.



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SITE MANCHETÔMETRO

Uma análise possível, a partir dos números obtidos, é que setores da grande mídia nacional, aqui representados pelo Estadão, Folha de S. Paulo, O

Globo e Jornal Nacional, teve ao longo do 'Período 1' um posicionamento político acentuado, evidenciado pelo número de publicações contrárias ao grupo político (Dilma, Lula e PT) acima do esperado e por um razoável abandono da neutralidade. O empreendimento de publicações 'Neutras' retornou à normalidade nos períodos subsequentes.

Esse comportamento pode ser explicado com a conjugação de outros dados obtidos a partir da pesquisa de opinião da Datafolha realizada no período. Segundo o instituto, em pesquisa realizada nos dias 17 e 18 de março de 2016 - com 2794 eleitores ouvidos, em 171 municípios de todo o país - 68% dos entrevistados eram favoráveis ao *impeachment* de Dilma; 27% eram contra; 3% estavam indiferentes; e 2% não souberam responder. (68% APOIAM IMPEACHMENT DE DILMA, DIZ PESQUISA DATAFOLHA, 2016)

A mesma pesquisa apontou para uma grande rejeição ao governo Dilma Rousseff; segundo os números, 69% dos entrevistados classificavam o governo Dilma como ruim ou péssimo e 21% como regular. (68% APOIAM IMPEACHMENT DE DILMA, DIZ PESQUISA DATAFOLHA, 2016)

Diante do cenário que se apresentava, ficava claro, ao menos à elite política e intelectual, o provável impedimento de Dilma Rousseff, situação já claramente desejada pela Folha de S. Paulo (representando, aqui, a grande mídia nacional) conforme análise qualitativa realizada neste artigo. Essa é uma hipótese bastante justificável na investigação acerca do comportamento da grande mídia brasileira durante o período do processo de *impeachment* a partir dos testes de qui-quadrado (χ^2) e dos resíduos padronizados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas, conclui-se que a Folha de S. Paulo, posicionou-se, contundentemente, em favor do *impeachment*, e pouco promoveu um debate acerca dos motivos que desencadeou o processo que retirou Dilma Rousseff da presidência.

O jornal paulista foi enfático em seus editoriais, sempre críticos à presidenta, e os enquadramentos utilizados conduziram o leitor a uma observação natural e acrítica do processo.

É possível perceber no editorial de 3/12/2015, o primeiro a ser analisado, denominado “O vício contra vício”, que a Folha de S. Paulo já delineava a posição que tomaria ao longo do processo de *impeachment*. O texto enfatizava a crise política e, em certa medida, propunha o *impeachment* de Dilma Rousseff como solução para o problema.

Um das críticas possíveis à posição do jornal, é que a Folha, em seu editorial, retira, substancialmente, o valor democrático do processo eleitoral que conduziu a presidente Dilma Rousseff à sua reeleição, e limita, o extenso, dinâmico e complexo campo da atividade política a um pequeno espaço de decisões pontuais e isoladas. O enquadramento usado, bem como o posicionamento firmado no editorial compreendeu a aceitação do pedido de *impeachment*, de Eduardo Cunha, apenas como uma decisão monocrática do presidente da Câmara. O jornal preteriu informar, por exemplo, sobre o movimento de grupos (derrotados na eleição presidencial de 2014) que se organizavam para a destituição de Dilma.

Ainda que seja um artigo de opinião, é possível perceber, também, juízos de valor em algumas afirmações e coerência questionável do jornal ao detratar o partido da presidenta, o PT. Por um lado, ‘ter dado tantas mostras de desprezo aos padrões de seriedade e ética’, segundo o texto; por outro, se negar a negociar com Eduardo Cunha para protegê-lo, no Conselho de Ética da Câmara Federal, da acusação de quebra de decoro parlamentar (decorrente de acusação de corrupção em processo de investigação da Lava Jato).

Já no editorial de 12/04/2016, no dia seguinte à aprovação do pedido de *impeachment* pela comissão especial da Câmara e às vésperas da votação em plenário na mesma Casa, a opinião da Folha, em seu texto, fez duras críticas ao governo Dilma, e não falou acerca do processo e nem da atuação da comissão especial. Com o título: “O legado de Dilma”, o editorial dava a entender que ali se iniciava o fim do mandato da presidenta.

É salutar e compreensível as críticas tecidas pelo jornal paulista ao governo Dilma e sua firme posição política em seu editorial. No entanto, uma crítica aqui possível à sua opinião, foi a ausência de foco sobre a importante ocorrência política que o país vivenciava naquele momento - o processo de *impeachment*. A perspectiva apresentada pelo jornal, no editorial, faz compreender o pedido de afastamento da presidenta em modalidade de *Recall* (instituto não previsto na Constituição Brasileira) e ignora a importante discussão sobre a prática de crime de responsabilidade, ilícito necessário para a legítima prosperidade do processo de *impeachment*.

Na edição de 17/04/2016, dia da votação do *impeachment* no plenário da Câmara, a Folha, em seu editorial “Decisão na Câmara”, manteve severas críticas ao governo Dilma Rousseff, elencou os problemas econômicos do país, bem como os das estatais Petrobras e Eletrobras, e culpou Dilma por tudo. Segundo a opinião do jornal paulista, o *impeachment* da presidenta significaria a justa punição a um governo arrogante e incompetente.

Mais uma vez, aqui, o jornal fortalece a ideia de julgamento de um governo sem que este tenha terminado o seu mandato, e coloca em segundo plano a questão jurídica e utilitária do instituto do *impeachment*.

A Folha, em sua opinião, pouco considerou o *impeachment* como uma sanção que se aplica - ao Presidente da República - pela prática de crime de responsabilidade; outrossim, sendo imprudente e antidemocrático o seu uso com vistas à ocupação do poder. O caminho ético e legítimo para se governar deve se dar por meio de disputa eleitoral, ritual onde o eleitorado escolhe e avaliza, por meio do voto, a plataforma de governo mais apropriada para o país, dentre as apresentadas pelos postulantes ao cargo maior da república. Esse é um dos contrapontos possíveis ao editorial aqui analisado.

No editorial de título “O país tem pressa”, do dia 18/04/2016”, após a admissibilidade do *impeachment* pelo plenário da Câmara, a Folha teceu comentários sobre a votação e apontou a necessidade do não prolongamento do processo no Senado, já que, segundo o jornal, a presidenta não reunia mais condições para governar o país.

No texto, a Folha também afirma que sua posição primeira, em torno da crise política que o país vivenciava, era a de renúncia simultânea de Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer. Essa posição da Folha, principalmente em relação ao Temer, seria melhor compreendida se a defesa da renúncia do vice-presidente se desse anteriormente (e por outros motivos), no momento em que Temer e seu partido rompe com o governo Dilma. A renúncia de um vice-presidente que não mais aprova o governo do qual é integrante e nem a plataforma política que este mesmo governo implementa, seria uma decisão mais aceitável. Nesse momento, o PMDB, partido do vice-presidente, já tinha apresentado (durante o mandato) uma outra plataforma de governo para o país, denominada “Uma ponte para o futuro”, que não passou pelo crivo do voto popular, daí a sua pouca legitimidade. Esses dois fatores não foram ponderados e nem abordados pelo editorial da Folha, que preferiu outros enquadramentos e discursos.

No editorial de 4/8/2016, de título “Falta pouco”, a Folha novamente reafirma sua defesa de renúncia simultânea da dupla de Dilma e Temer. Segundo o jornal, essa seria a melhor solução para superar a grave crise econômica, política e judicial em que o país mergulhou. Um novo pleito conferiria legitimidade na hipótese de um novo governo. Esse posicionamento da Folha, em suas afirmações, é pouco fundamentado no texto e também traz em si uma certa incoerência, já que, na ocasião, Dilma Rousseff e Michel Temer tinham sido reeleitos há menos de 2 anos e não completavam nem a metade do novo mandato.

Após sacramentado o *impeachment*, no último editorial analisado, intitulado de “Governo Novo”, de 1/9/2016, a Folha defendeu a legalidade do processo e ao mesmo tempo questionou a constitucionalidade na decisão do Senado em manter a habilitação de Dilma Rousseff para exercício de cargos públicos, o que violaria o parágrafo único do artigo 52 da Constituição. O texto voltou a reafirmar a defesa de renúncia da chapa Dilma/Temer, classificou o governo Dilma como um dos piores da história e preconizou atitude mais corajosa e firme ao novo governo.

Encerrando a análise dos editoriais da Folha de S. Paulo, é possível constatar uma posição ambígua do jornal paulista. Ao mesmo tempo em que a Folha defendeu, sistematicamente, a renúncia simultânea de Dilma Rousseff e Michel Temer, rechaçou a sugestão de eleições gerais proposta por Dilma e seu grupo político após a votação do *impeachment* no plenário da Câmara. O jornal classificou a sugestão como artimanha governista diante da iminente perda de mandato da presidenta.

A posição paradoxal do jornal enseja a inferência de que a defesa de novas eleições se tratou apenas de uma estratégia para não assumir claramente a defesa do *impeachment*. O arsenal de críticas ácidas desferidas contra o governo Dilma (recentemente reeleito), sem nunca apontar nada de positivo, conduziu o leitor ao sentimento de perplexidade diante de tantos erros, sem nenhum acerto, predispondo-o a se posicionar a favor do *impeachment* de um governo desastroso para o país. Posição convicta, porém, velada do jornal. O enquadramento utilizado pela Folha de S. Paulo, em suas edições, também empobreceu o debate acerca do tema *impeachment* e favoreceu claramente um dos lados do embate político.

O Manchetômetro também identificou que os grandes setores da imprensa nacional, durante o período do processo, foram severamente críticos aos partidos e personagens contrários ao *impeachment*. Foram, em média, 70% de publicações contrárias ao PT, Dilma Rousseff e Lula, e 2,50% favoráveis. A título de comparação. No mesmo período, foram publicadas, em média, 37% de matérias contrárias ao PMDB, PSDB, Michel Temer e Aécio Neves, e 12% favoráveis.

O teste do qui-quadrado (χ^2) identificou associação das publicações da grande mídia brasileira em relação à Dilma, Lula e PT durante o período do processo. Com os valores dos 'Resíduos padronizados (Rp)' também ficou perceptível uma posição política acentuada desses setores, representados pelo Estadão, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal Nacional.

Entretanto, não se faz possível mensurar o impacto da atuação da mídia brasileira na formação da opinião pública neste período, naqueles que se

mobilizaram em favor da destituição de Dilma, e que, conseqüentemente, juntamente com a própria imprensa nacional, pressionaram as autoridades do Congresso Nacional em suas decisões no processo.

A atuação da mídia nacional na recente crise política, aqui analisada, oportunizou reflexões sobre a sua função política e social às luzes da emergente necessidade de desenvolvimento da democracia brasileira.

O tema é atual e deve ser objeto de pesquisa em outros trabalhos para o seu maior aprofundamento e outras abrangências.

5 REFERÊNCIAS

68% APOIAM IMPEACHMENT DE DILMA, DIZ PESQUISA DATAFOLHA. G1, São Paulo, 20/03/2016. Disponível em:

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/68-apoiam-impeachment-de-dilma-diz-pesquisa-datafolha.html>. Acesso em: 23/04/2018

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 3. ed. Barueri: Manole, 2010.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S.. Duas faces do poder. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, outubro de 2011.

CERVI, Emerson Urizzi. **Opinião Pública e comportamento político**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CERVI, Emerson Urizzi. **Análise de dados categóricos em Ciência Política**. 1ª Edição. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

CHEQUER, Rogério. **O Brasil deu um passo, mas há muita coisa a mudar**. Folha de São Paulo, 1/9/2016. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/01/2/#>. Acesso em: 27, set. 2017.

DECISÃO DA CÂMARA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/04/2016, Opinião, 1º Caderno, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/04/17/2/>. Acesso em: 16, set. 2017.

FALTA POUCO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4/8/2016, Opinião, 1º Caderno, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/08/04/2/#>. Acesso em: 25, set. 2017.

FERES JÚNIOR, João. Em defesa das valências: uma réplica. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 19. p. 277-298, janeiro/abril de 2016

FREITAS, Jânio. O golpe no hospício. **Folha de São Paulo**, 1/9/2016. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/01/2/>. Acesso em: 27, set. 2017.

GOVERNO NOVO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1/9/2016, Opinião, 1º Caderno, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/01/2/#>. Acesso em: 26, set. 2017.

HAUBERT, Mariana. Cardoso acusa relator de 'paizão partidária'. **Folha de São Paulo**, 4/8/2016. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/08/04/2/#>. Acesso em: 25, set. 2017.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David. **Estatística para Ciências Humanas**. 11ª Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

HAUBERT, Mariana; CRUZ, Valdo; MASCARENHAS, Gabriel. Comissão aprova parecer favorável ao impeachment. **Folha de São Paulo**, 5/8/2016. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/08/05/2/#>. Acesso em: 25, set. 2017.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, p. 115-127, novembro de 2013.

MEDEIROS, Pedro. **Uma introdução à teoria da democracia**. 1ª Edição. Curitiba: Intersaberes, 2016.

O FIM E O PRINCÍPIO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12/5/2016, Opinião, 1º Caderno, p. A2. Disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/05/12/2/>. Acesso em: 19, set. 2017.

O LEGADO DE DILMA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12/4/2016, Opinião, 1º Caderno, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/04/12/2/#>. Acesso em: 19, set. 2017.

O PAÍS TEM PRESSA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18/4/2016, Opinião, 1º Caderno, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/04/18/2/>. Acesso em: 19, set. 2017.

O VÍCIO CONTRA O VÍCIO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03/12/2015, Opinião, 1º Caderno, p. A2. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/12/03/2/>. Acesso em: 19, set. 2017.

PERISSINOTTO, Renato. **As elites políticas questões de teoria e método**. 1ª Edição. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PREMEBIDA, Adriano et al. **Pesquisa Social**. 1ª Edição. Curitiba: Intersaberes, 2013.

QUEIROZ, Luiz. Imprensa europeia chama votação de impeachment de insurreição de hipócritas. **GGN o jornal de todos os brasis**, 18/04/2016.

Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/imprensa-europeia-chama-votacao-de-impeachment-de-insurreicao-de-hipocritas>. Acesso em: 19, set. 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. 1ª Edição. Salvador: Edubfa, 2004.

TARANTINO, Mônica et all. O Papel da Mídia na Crise. **Revista Brasileiros**, Londres, 26/05/2016. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2016/05/o-papel-da-midia-na-crise-2/>. Acesso em: 02/08/ 2017.